

ADHEMAR FERREIRA MACIEL*

*Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça,
Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais,
Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas*

De todas as cidades do Brasil, o Rio de Janeiro é a que mais tem história para nos contar. Sua história vem de longe. Na verdade, vem do primeiro dia do ano de 1502. Uma flotilha, capitaneada, *de direito*, por um protegido¹ do rei Dom Manuel, mas, *de fato*, comandada pelo experiente Américo Vespúcio,² fundeou-se no estuário – assim se acreditou – de um rio volumoso, cercado de luxuriantes montanhas, que se tornavam azuis à medida que se afastavam da vista do navegante extasiado.³ No governo-geral do desembargador Mem de Sá, houve sucessivas refregas e escaramuças para desalojar os calvinistas franceses trazidos por Villegaignon.⁴ Em pleno reinado de Dom Sebastião, o capitão-mor Estácio de Sá, a mando do governador-geral, saiu da Bahia rumo à baía da Guanabara.⁵ Foi impedido de atracar pelos gentios e franceses. Rumou, então, para S. Vicente, onde conseguiu mais gente e melhor equipagem. Voltou com o propósito de fundar naquele sítio uma nova colônia, a que deu o nome “Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. Em 1º de março de 1565,⁶ Estácio de Sá⁷ mandou limpar uma boa área⁸ e

¹ Dom Nuno Manuel. Nuno Manuel era irmão do camareiro-mor do rei, ambos filhos do bispo da Guarda com uma ama do soberano (cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*, 7. ed., 1962, t. I, p. 82). Para alguns historiadores, quem se achava no comando era Gonçalo Coelho (ver as notas de rodapé de CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, I v., p. 86). Amerigo Vespucci, em sua duvidosa *Lettera al Soderini* – uma mistura de realidade e fabulação –, não menciona o nome de Gonçalo Coelho.

² Ibidem, p. 83.

³ Foi um “notável engano cosmográfico” tomar a baía da Guanabara como a foz de um grande rio (cf. VARNHAGEN, ob. cit., p. 322).

⁴ Cf. CALMON, Pedro, ob. cit., p. 265 e seg.

⁵ ROCHA PITTA. *A história da América portuguesa*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., v. XXX de Clássicos Jackson, 1965, p. 125.

⁶ Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, Publifolha, 2000, p. 77.

edificou uma tranqueira (paliçada) para proteger a feitoria contra ataques de tamoios e franceses.⁹ Em novembro de 1711, chegou o revide dos franceses: o Rio de Janeiro foi invadido por marinheiros de Duguay-Trouin, que exigiu dinheiro, gado e açúcar para devolver a cidade aos portugueses.

De 1763 a 1960, a cidade foi a capital política da Colônia, do Reino, do Império e, por último, da República. O Rio nunca perdeu o título de Cidade Maravilhosa, de cidade do samba e do carnaval, do futebol, dos intelectuais, das favelas e das morenas bem torneadas e queimadas de sol.

A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, porém, não poderia sequer imaginar que sua paz bucólica estava para ser perturbada para sempre em razão das guerras napoleônicas. Se a marinha de Pitt havia derrotado Napoleão Bonaparte nos mares, no continente o exército francês vencia.¹⁰ Com a capitulação da Prússia, Napoleão impôs (Decreto de Berlim) o bloqueio dos portos do continente europeu para os navios ingleses. A Dinamarca e Portugal, todavia, ainda continuavam neutros. Napoleão, então, não teve dúvidas: firmou secretamente com a Espanha a invasão e o retalhamento de Portugal (Tratado de Fontainebleau).

Por mais de uma vez, o Brasil já havia sido lembrado como uma alternativa segura para a transferência da Corte portuguesa, sobretudo em caso de emergência. A estratégia era antiga e encontrava

⁷ Coincidentemente, foi no dia do padroeiro da cidade (S. Sebastião) que Estácio de Sá recebeu uma flechada no rosto, falecendo dias depois (cf. CALMON, ob. cit., p. 290). Cf., ainda, ROCHA PITTA, ob. cit., p. 129.

⁸ Acredita-se que o sítio ficava no Outeiro da Glória, antigo Morro do Léry. (cf. VARNHAGEN, ob. cit., p. 339). Jean de Léry, um huguenote que se desentendeu com Villegaignon, foi, com outros colonos, ocupar parte do continente (Sobre Léry, consulte http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_L%C3%A9ry. Acesso em 31.03.2008).

⁹ Diversos fatores contribuíram para afastar os franceses do Rio de Janeiro: a energia de Mem de Sá, a habilidade do Padre Nóbrega, o desencanto de Coligny com Villegaignon e as lutas entre católicos e huguenotes na França (cf. SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. Luis Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Limitada, 1981, v. 1, p. 205 e 219).

¹⁰ MAUROIS, André. *História da Inglaterra*. Trad. Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, p. 401 e seg.

precedentes na Europa. Padre Antônio Vieira mesmo, no século XVII, com suas visões messiânicas do Quinto Império, teria aconselhado Dom João IV a transferir-se para o Brasil.¹¹ Mais tarde, sem ameaça aparente de invasão estrangeira, o embaixador Dom Luís da Cunha (1668-1740) insistiu na saída da Corte de Portugal. Também no governo do Marquês de Pombal (1750-1777), cogitou-se da transferência da Corte de Dom José I para a América portuguesa. Mas só em agosto de 1807, o Príncipe Regente Dom João tomou a decisão de vir para sua colônia.¹² Oficialmente, foi no dia 30 de setembro de 1807, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, que o Conselho de Estado português¹³ sacramentou a transferência imediata da Família Real para o Brasil: o exército franco-espanhol estava prestes a invadir Portugal.¹⁴ Em 29 de novembro daquele ano de 1807, às 7 horas da manhã, quando as tropas de Junot já se achavam nas cercanias de Lisboa, a frota luso-inglesa deixou a barra, rumando para o Brasil.¹⁵

A chegada da família real portuguesa, em março de 1808, trouxe uma série de transtornos iniciais à cidade, cuja população andava entre 50.000¹⁶ e 60.000 habitantes.¹⁷ Ruas tresandando a urina, fezes e

¹¹Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%A2ncia_da_corte_portuguesa_para_o_Brasil_\(1808-1821\)#Antecedentes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%A2ncia_da_corte_portuguesa_para_o_Brasil_(1808-1821)#Antecedentes). Acesso em: 12.04.2008.

¹² Dom João, que fez que ia assinar o decreto por cinco vezes, tinha verdadeiro pavor só de pensar em atravessar o Oceano Atlântico (cf. WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 32).

¹³ O Conselho, em sua maioria, era pela neutralidade. Havia, porém, partidários da Inglaterra e partidários da França (cf. BRANDÃO, Fernando Antônio Xavier: *A viagem marítima da família real portuguesa para o Brasil*. Belo Horizonte: IHGMG, 2008, p. 4).

¹⁴ Cf. OLIVEIRA LIMA. *Dom João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 47.

¹⁵ Ibidem, p. 54. Segundo Kenneth H. LIGHT (*A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 224 e seg.) a frota que saiu de Lisboa era formada de 57 navios (naus, brigueiros, fragatas, bergantins, escunas e corvetas) portugueses e britânicos. Para uma visão resumida, consulte BRANDÃO, ob. cit., p. 7.

¹⁶ LUIZ EDMUNDO. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 58. Também os naturalistas alemães (bávaros) Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que estiveram no Brasil de 1817 a 1820, falam que o Rio de Janeiro devia ter uma população de 110.000 habitantes. Antes da chegada da Família Real, a população era estimada em 50.000 almas (*Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, I v., p. 52).

amônia. Animais soltos. Porcos chafurdando na lama. Ratos indo e vindo, espiando curiosos para os passantes. Muitas vezes, como relatam von Spix e von Martius menos de uma década depois, a limpeza pública ficava a cargo de urubus, “por esse motivo protegidos”.¹⁸ A água potável, que era captada no morro do Corcovado, chegava à cidade por meio de um imponente aqueduto construído em 1740.¹⁹ A seguir, era vendida por escravos em vasilhame sem tampa ou em odres já aquecidos pelo sol ou pelo corpo do transportador.²⁰ Os dejetos humanos, tal como nos burgos e cidades européias da Idade Média, eram transportados em carroça ou nas costas suarentas de “tigres” (escravos) para serem despejados no mar ou nos fossos mandados fazer pelo Senado da Câmara.²¹ A falta de higiene e cuidado sanitário fizeram com que doenças como o tifo e a varíola plantassem “tenda definitivamente” na cidade.²² Esse foi o Rio de Janeiro que a comitiva real, composta de mais de 4.000 pessoas,²³ encontrou pela frente e iria habitar...

¹⁷ Para John Luccock, comerciante inglês que chegou cerca de 3 meses depois da vinda da Corte portuguesa, a população do Rio de Janeiro era de 60.000 habitantes (cf. GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p.155). Só para se ter uma idéia, no ano de 1800, Londres era a maior cidade do mundo: um milhão de habitantes (cf. PORTER, Roy. *London: a social history*. Cambridge, Massachusetts, 1995, p. 186). A população de Lisboa andava em pouco mais de 200.000 habitantes (cf. WILCKEN, ob. cit., p. 45).

¹⁸ SPIX/MARTIUS, ob. cit., p. 64.

¹⁹ O modelo da construção foi um aqueduto de Lisboa, construído no tempo de D. João V (ibidem, p. 49).

²⁰ Spix e Martius, depois de elogiarem a qualidade da água fresca captada, afirmavam que ela ficava comprometida quando transportada “por meio de negros pouco asseados”. Admoestavam que se devia chamar a atenção da “saúde pública, a fim de acabar com isso.” O governo, por outro lado, prestaria um “relevante serviço à população se encanasse água para muitas casas particulares” (ibidem, p. 49).

²¹ Os “tigres” eram recipientes destinados aos dejetos de cada casa (cf. EDMUNDO, Luiz, ob. cit. p. 63). Quem transportava o barril nas costas acabou por receber o mesmo nome (cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., 35. impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986).

²² EDMUNDO, Luiz, ob. cit., p. 20.

²³ FAORO fala entre 10.000 e 15.000 civis (cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo. 10. ed.: Globo/Publifolha, 2000, v. I, p. 281). LUIZ EDMUNDO (ob. cit., p. 58) alude a 15.000. Pedro CALMON menciona 10.000 (cf. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, vol. IV, p. 1.390). MALERBA, Jurandir (*A corte no exílio*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000, p. 20, 202 e 233), diz “aproximadamente em 15.000 almas” embarcaram para o Brasil. As fontes primárias de Kenneth LIGHT (diários de bordo), porém, reduzem o número de civis para 4.500, no máximo.

Como não havia casas para todos, o governo optou por solução bem da época: requisitou as melhores moradias de comerciantes, quase todos eles portugueses. O procedimento administrativo era o mais sumário possível: colocava-se na porta da habitação requisitada as iniciais “P.R.” (Príncipe Real), e a residência estava automaticamente requisitada... O vulgo, na fina ironia carioca, traduzia o “P.R.” como ‘ponha-se na rua’.²⁴

Muita gente, enfeitiçada pela maneira afetada das damas e dos alfenins da Corte, cedia de bom grado suas casas e seus serviços para os áulicos. Com isso, sentia-se prestigiada, pois estava prestando favor ao Príncipe.²⁵

Por certo, a requisição de habitações não era novidade no final do século XVIII e início do século XIX. Mas, as requisições quase sempre eram para abrigar temporariamente tropas militares. Não para alojar civis, sobretudo uma Corte inteira.

Alguns anos antes de a Corte portuguesa ser transladada para o Brasil, requisições de casas nos Estados Unidos da América, no lugar de gerar títulos nobiliários e orgulho nacional, geraram revolta e fomentaram uma guerra: a Guerra da Independência (*Revolution*). A preocupação com a requisição de moradias por militares em tempo de paz era tão grande que até uma emenda – a Emenda n. 3 - à Constituição federal foi aprovada em 1791. Era freqüente, mesmo em tempo de paz, a requisição de residências particulares de colonos por militares ingleses. O arbítrio aumentou sobremaneira após um incidente grave, em 16 de dezembro de 1773, que ficou politicamente conhecido como *Boston Tea Party*. O Parlamento britânico, como retaliação, baixou uma lei (*Quartering Act*),

²⁴ Cf. FAORO, ob. cit., p. 290. No mesmo sentido, CALMON, ob. cit., p. 1.400.

²⁵ Como o tesouro real estivesse minguado, Dom João, que não gostava de favores gratuitos, passou a recompensar aqueles que lhe serviam: distribuiu honrarias. Observa João ARMITAGE que durante o governo de Dom João VI distribuiu-se mais títulos e insígnias do que em todos os reinados anteriores da Casa de Bragança (*História do Brasil*, 3. ed. Rio: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943, p. 35).

determinando a ocupação das casas dos colonos que tivessem participado do bloqueio naval ou da destruição da carga de chá trazida por navios que se achavam atracados na baía de Boston. Essa e outras leis britânicas da época, que foram apodadas pelos comerciantes e colonos americanos de “Leis Intoleráveis”,²⁶ apressaram a reunião de representantes de todas as colônias (salvo a da Geórgia) na cidade de Filadélfia. Essa reunião deu origem ao “Primeiro Congresso Continental”, que plantou, como já se disse, as raízes da Independência.

Para o colono não havia humilhação maior do que ter sua casa requisitada para abrigar e alimentar soldados.²⁷ Thomas COOLEY ressalta que

É difícil de imaginar meio mais terrível de opressão do que seria, sob a autoridade do executivo, ou de um comandante militar, lotar a casa de uma pessoa cheia de ódio com uma companhia de soldados, os quais devem ser alimentados e aquecidos a suas custas.²⁸

Talvez se possa estabelecer um paralelo entre a requisição arbitrária de residências tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Lá, como cá, havia um ressentimento, um ódio velado por parte do colono contra a metrópole. Ocorre, porém, que os estadunidenses sempre se consideraram com os mesmos direitos que os ingleses da Corte de São Tiago (St. James).²⁹ Conosco, aqui no Brasil, isso não ocorria. A população

²⁶ Cf. SELLERS, Charles, MAY, Henry, MCMILLEN, Neil. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 62.

²⁷ FERGUSON, John H., McHENRY, Dean E. *The American federal government*. New York: McGraw-Hill Book Company, Inc., 1950, p. 149.

²⁸ Tradução livre. No original: It is difficult to imagine a more terrible means of oppression than would be the power in the executive, or in a military commander, to fill the house of an obnoxious person with a company of soldiers, who shall be fed and warmed at his expense (COOLEY, Thomas. *The general principles of constitutional law in the United States of America*. 4th ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1931, p. 264)

²⁹ A *Declaration* do Primeiro Congresso Continental (13.10.1774) firmou que os ancestrais dos colonos que primeiro se fixaram nas colônias “(já) se achavam, por ocasião de sua emigração da mãe-pátria, habilitados a todos os direitos, liberdades e imunidades dos súditos livres e natos do reino da Inglaterra” (... *were at the time of their emigration from the mother country, entitled to all the rights, liberties, and immunities of the free and natural-born subjects with the realm of England*). No tocante ao colono considerar-se com os mesmos direitos do inglês da metrópole, ver STORY, Joseph,

do Rio Janeiro era predominantemente de negros ou mestiços,³⁰ que não tinham voz política ou administrativa. Daí, para nós, a vinda da Família Real trouxe um sentimento de união, de orgulho, de “sentimento nacional”, como testemunhou John Luccock em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro*.³¹

Não há dúvida de que o Março de 1808 nos trouxe alento, esperança, e, sobretudo, união, evitando que o Brasil se rachasse em múltiplos e pequenos países, como movimentos políticos anteriores já tinham mostrado claramente.

Obras Citadas

	http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_L%C3%A9ry . Acesso em 31.03.2008.
	http://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%Aancia_da_corte_portuguesa_para_o_Brasil_(1808-1821)#Antecedentes . Acesso em: 12.04.2008.
ABREU, Capistrano de	<i>Capítulos de história colonial (1500-1800)</i> . Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, Publifolha, 2000.
ARMITAGE, João	<i>História do Brasil</i> , 3. ed. Rio: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943.
BRANDÃO, Fernando Antônio Xavier	<i>A viagem marítima da família real portuguesa para o Brasil</i> . Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 2008.
CALMON, Pedro	<i>História do Brasil</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, v. I.
CALMON, Pedro	<i>História do Brasil</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, v. IV.
COOLEY, Thomas.	<i>The general principles of constitutional law in the United States of America</i> . 4 th ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1931.
FAORO, Raymundo	<i>Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro</i> . São Paulo. 10. ed.: Globo/Publifolha, 2000, v. I.
FERGUSON, John H., McHENRY, Dean E.	<i>The American federal government</i> . New York: McGraw-Hill Book Company, Inc., 1950.

Commentaries on the constitution of the United States. New York: Da Capo Press, 1970, v. 1, p. 163.

³⁰ Cerca de 2/3 da população era de negros e mestiços (cf. MALERBA, ob. cit., 126).

³¹ *Apud* Malerba, p. 225.

GOMES, Laurentino	1808. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
LIGHT, Kenneth H.	<i>A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil.</i> Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
LUIZ EDMUNDO	<i>O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis.</i> Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 58.
MALERBA, Jurandir	<i>A corte no exílio – civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821).</i> São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
MAUROIS, André	<i>História da Inglaterra.</i> Trad. Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.
OLIVEIRA LIMA	<i>Dom João VI no Brasil.</i> 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
PORTER, Roy	<i>London – a social history.</i> Cambridge, Massachusetts, 1995.
ROCHA PITTA	<i>A história da América portuguesa.</i> São Paulo: W. M. Jackson Inc., v. XXX de Clássicos Jackson, 1965.
SELLERS, Charles, MAY, Henry, MCMILLEN, Neil	<i>Uma reavaliação da história dos Estados Unidos.</i> Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
SOUTHEY, Robert	<i>História do Brasil.</i> Trad. Luis Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Limitada, 1981, v. 1.
SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von.	<i>Viagem pelo Brasil.</i> Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, I v.
VARNHAGEN, Francisco Adolfo	<i>História geral do Brasil,</i> 7. ed.,1962, t. I.
WILCKEN, Patrick	<i>Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821).</i> Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.